



Abertura

Prezados, este artigo foi inspirado em duas publicações: **1ª Publicação** "[O peso das cidades: necessidades de recursos da urbanização futura](#)" | *The weight of cities: resource requirements of future urbanization*, relatório do **Painel Internacional de Recursos (IRP)** que, motivados pela ausência, nas conferências relacionadas com as cidades, de debates sobre as implicações da futura urbanização nos recursos naturais.

Este relatório é o primeiro do seu gênero, detalhando as consequências esperadas da urbanização futura (2015-2050) em termos de necessidades de recursos.

O relatório apresenta 4 conclusões principais, são elas:

A sua **primeira conclusão principal** é que, se for seguido um cenário de manutenção do *status quo*, as cidades necessitarão de mais recursos naturais (da água aos materiais, dos combustíveis aos alimentos) do que o planeta pode fornecer de forma sustentável.

A **segunda conclusão principal** é que as cidades têm o potencial de cumprir a promessa de uma transição para a sustentabilidade, mas apenas se forem reconsiderados os pressupostos fundamentais. O título, "O Peso das Cidades", refere-se à quantificação que efetuamos das necessidades totais de recursos da urbanização futura, tanto em termos de um cenário BAU como de um cenário alternativo em que nos basearíamos num conjunto integrado de tecnologias e opções políticas conhecidas. Chamamos a isto "urbanização eficiente em termos de recursos". Os recursos devem agora tornar-se uma preocupação política central, para além das preocupações com o CO₂, que são atualmente já bem reconhecidas.

No entanto, o nosso argumento vai muito para além dessa quantificação. A nossa **terceira conclusão principal** é que uma estratégia alternativa só pode ser bem-sucedida se abordarmos as cidades como agentes de mudança e pensarmos em formas de os governos municipais, a comunidade empresarial e as comunidades locais poderem melhorar significativamente a sua colaboração para passarem para esta trajetória alternativa. Além disso, exige que organizemos colaborações entre cidades, tanto dentro das cidades como em redes de cidades. Dado o tempo limitado de que dispomos, esta deve ser uma estratégia dinâmica, impulsionada pelos êxitos atuais e por cenários de possíveis êxitos. Os governos - internacionais, nacionais e locais - devem pensar nas cidades como um sistema urbano interligado e devem investir em redes de cidades para reforçar a capacidade transformadora de cada cidade individual. Sugerimos que se abandone o modelo de "cidades competitivas" e se passe para um modelo de "cidades colaborativas". Para tal, seria necessário captar e ligar a energia produtiva dos decisores políticos, os conhecimentos dos académicos e as iniciativas da sociedade civil, dos designers, das empresas e das finanças. Isto exige que os decisores políticos intensifiquem os seus esforços para colocar os fluxos de recursos (entradas, utilizações e saídas) firmemente na sua agenda. Se quisermos ligar o ideal de um urbanismo eficiente em termos de recursos ao de uma cidade justa e



equitativa, os dados devem ser desenvolvidos, não só para compreender cada fluxo, mas também para compreender quem está a utilizar que fluxos e onde para fazer o quê (Pincetl et al., 2012:199).

A nossa **quarta conclusão principal** é, portanto, que o futuro das cidades não depende apenas da eficiência dos recursos; trata-se de saber como cumprir o duplo objetivo de garantir recursos suficientes para o futuro e a inclusão social. Isto reflete-se no ODS 11: "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis". A Nova Agenda Urbana coloca uma ênfase semelhante numa abordagem mais ampla, ligando os objetivos ambientais, económicos e sociais. A promoção de interesses ambientais sem abordar o bem-estar de todos pouco contribui para criar cidades habitáveis, socialmente vibrantes e criativas. O nosso apelo é repensar as cidades existentes, bem como criar novas cidades que tenham em consideração a disposição (planeamento e morfologia urbanas), a utilização de recursos (infraestruturas) e a organização social, a fim de superar os desafios sociais e ambientais. As injustiças sociais assumem frequentemente uma forma muito espacial. Por exemplo, nas cidades dos países em desenvolvimento, os pobres podem ter grande dificuldade em chegar aos locais de trabalho, tendo de gastar mais tempo e dinheiro devido à falta de planeamento espacial que poderia ter assegurado que os locais de habitação e de trabalho estivessem mais próximos. Um mau ordenamento do território cria uma procura de mobilidade que impede uma vida urbana saudável e um futuro próspero para todos. Uma nova estratégia tem de romper com a dependência de infraestruturas urbanas baseadas no automóvel. Isto é particularmente importante nas regiões do mundo onde se registará a maior parte da nova urbanização. Uma nova estratégia deve consistir em ligar e reforçar as energias sociais e culturais para promover esta transição. Neste relatório centrado no metabolismo urbano e nas cidades eficientes em termos de recursos, mostrámos como a incapacidade de abordar a questão dos recursos afetará as cidades direta e ferozmente. Estes conceitos, e o próprio relatório, facilitam a colaboração entre atores com interesses diferentes e visões do mundo distintas, mas intersectadas. Este capítulo final discute recomendações para os decisores políticos e sugere alguns elementos de um novo modelo de governação para tornar a procura global de cidades que sejam simultaneamente sustentáveis do ponto de vista ambiental e socialmente justas num sucesso conjunto.

2ª Publicação: [El Peso de las Ciudades en América Latina y el Caribe: requerimientos futuros de recursos y potenciales rutas de actuación](#) - O peso das cidades na América Latina e nas Caraíbas: necessidades futuras de recursos e possíveis linhas de atuação. O relatório aponta os **Eixos de Intervenção** para reduzir o peso das cidades, são eles:

- Transportes e Mobilidade Sustentável
- Edifícios eficientes e sustentáveis
- Resíduos Sólidos
- Água potável e Saneamento
- Planeamento e ordenamento territorial para a sustentabilidade urbana